

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)	11
■ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	13
■ SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS	14
■ PONTUAÇÃO	14
■ CLASSES DE PALAVRAS	16
SUBSTANTIVO	16
ADJETIVO.....	18
NUMERAL.....	19
PRONOME	19
VERBO	23
ADVÉRBIO	27
PREPOSIÇÃO E CONJUNÇÃO: EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM	29
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	31
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL	32
■ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	33
■ CRASE	33
MATEMÁTICA.....	45
■ NÚMEROS INTEIROS	45
OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.....	45
■ NÚMEROS RACIONAIS, REPRESENTAÇÃO FRACIONÁRIA E DECIMAL	47
OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.....	47
■ MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM.....	47
■ RAZÃO E PROPORÇÃO	48
■ PORCENTAGEM.....	50

■ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	50
■ MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES	52
■ EQUAÇÃO DO 1º GRAU	52
■ SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU	55
■ SISTEMA MÉTRICO	57
MEDIDAS DE COMPRIMENTO.....	57
SUPERFÍCIE E CAPACIDADE	57
MEDIDAS DE TEMPO	58
■ RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS	58
TABELAS E GRÁFICOS	58
■ NOÇÕES DE GEOMETRIA	60
FORMA.....	61
PERÍMETRO E ÁREA	62
TEOREMA DE PITÁGORAS	64
VOLUME.....	65
■ RACIOCÍNIO LÓGICO.....	67
RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA	67
CONHECIMENTOS GERAIS.....	75
■ HISTÓRIA GERAL	75
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	75
O NAZIFASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	75
A GUERRA FRIA	77
GLOBALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	77
■ HISTÓRIA DO BRASIL	77
A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS.....	77
AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS	80
A ESTRUTURA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO MILITAR	80
A ABERTURA POLÍTICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL	84

■ GEOGRAFIA GERAL.....	84
A NOVA ORDEM MUNDIAL, O ESPAÇO GEOPOLÍTICO E A GLOBALIZAÇÃO.....	84
OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS	87
■ GEOGRAFIA DO BRASIL	88
A NATUREZA BRASILEIRA (RELEVO, HIDROGRAFIA, CLIMA E VEGETAÇÃO)	88
A POPULAÇÃO: CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO, ESTRUTURA E MOVIMENTOS.....	92
AS ATIVIDADES ECONÔMICAS: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO, FONTES DE ENERGIA E AGROPECUÁRIA	94
OS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	100
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	107
■ MS-WINDOWS 10	107
CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS.....	109
ÁREA DE TRABALHO	112
ÁREA DE TRANSFERÊNCIA.....	114
MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS	115
USO DOS MENUS	120
PROGRAMAS E APLICATIVOS.....	122
INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2010	126
■ MS-WORD 2010.....	129
ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS	129
EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS	132
CABEÇALHOS	134
PARÁGRAFOS	136
FONTES	138
COLUNAS	140
MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS.....	142
TABELAS	143
IMPRESSÃO	147
CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS	149
LEGENDAS.....	150

ÍNDICES	152
INSERÇÃO DE OBJETOS	153
CAMPOS PREDEFINIDOS	154
CAIXAS DE TEXTO	156
■ MS-EXCEL 2010	158
ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS	159
CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS	160
ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS	162
USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS	167
IMPRESSÃO	171
INSERÇÃO DE OBJETOS	173
CAMPOS PREDEFINIDOS	176
CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS	176
OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS	177
CLASSIFICAÇÃO DE DADOS	179
■ MS-POWERPOINT 2010	181
ESTRUTURA BÁSICA DAS APRESENTAÇÕES	183
CONCEITOS DE SLIDES	184
ANOTAÇÕES	186
RÉGUA E GUIAS	187
CABEÇALHOS E RODAPÉS	189
NOÇÕES DE EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES	189
INSERÇÃO DE OBJETOS	192
NUMERAÇÃO DE PÁGINAS	195
BOTÕES DE AÇÃO	196
ANIMAÇÃO E TRANSIÇÃO ENTRE SLIDES	197
■ CORREIO ELETRÔNICO	201
USO DE CORREIO ELETRÔNICO	203
PREPARO E ENVIO DE MENSAGENS	205
ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS	207

■ INTERNET	210
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	210
CONCEITOS DE URL.....	214
LINKS.....	216
SITES	219
BUSCA	221
IMPRESSÃO DE PÁGINAS	223
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	229
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	229
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	229
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	229
DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	241
■ DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	242
■ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	250
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	250
DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.....	253
■ DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	257
DA SEGURANÇA PÚBLICA	257
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	258
DA ORGANIZAÇÃO E PODERES	258
Do Poder Executivo.....	258
DO PODER JUDICIÁRIO	264
Do Tribunal de Justiça Militar e dos Conselhos de Justiça Militar	264
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	265
Disposições Gerais	265
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO	270
Dos Servidores Públicos Cíveis.....	270
Dos Servidores Públicos Militares	274

DA SEGURANÇA PÚBLICA	275
Disposições Gerais	275
Da Polícia Militar	275
■ LEI FEDERAL Nº 12.527/11 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	276
■ DECRETO Nº 58.052/12.....	284

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA GERAL

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro ao trono do Império Austro-Húngaro, acompanhado de sua esposa Sofia, no dia 28 de junho de 1914, foi à Sarajevo para uma solenidade. Um grupo de nacionalistas sérvios e bósnios conseguiu a proeza de assassinar o futuro imperador. Com isso, um jogo de alianças foi formado: acusada de envolvimento, a Rússia defendeu a Sérvia contra Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, ganhando o reforço da Entente, formada com França e Inglaterra. Tinha início a Primeira Guerra Mundial.

As causas para a guerra vinham sendo amadurecidas desde o século XIX. A emergência da Alemanha como potência após sua unificação e tomada de territórios da França, levou ao surgimento de um forte sentimento de revanche entre os franceses. Logo que a Alemanha formou a Tríplice Aliança, a França se mobilizou para formar a Tríplice Entente. A expansão do **nacionalismo** em meio às divergências étnicas e a expansão do **neocolonialismo** promovida sobre territórios na Ásia e na África conduziram a Europa ao conflito em 1914. Vale o destaque para o fato de que a Itália abandonou a Tríplice Aliança e se juntou à Entente no ano seguinte.

A primeira fase da guerra foi conhecida como **Guerra de Movimento**, quando a Alemanha avançou sobre territórios franceses e sobre a região dos Bálcãs no Leste Europeu. No entanto, o que marcou a guerra mesmo foi a segunda fase, chamada de **Guerra de Posição** ou **Guerra de Trincheiras**, entre 1915 e início de 1918, sem que nenhum bloco tenha conseguido avançar de maneira considerável. O uso de novas armas, produzidas em ritmo industrial, e a presença de aviões e tanques, levou a uma grande mortalidade, estimada ao longo de toda a guerra na casa dos 17 milhões de pessoas, soldados e civis.

Em 1917, a Tríplice Entente perdeu a Rússia, que saiu da guerra após a Revolução Bolchevique de outubro. No entanto ganhou apoio militar, além de econômico, dos Estados Unidos. A guerra chegou ao fim em 1918, com a vitória da Tríplice Entente e derrota da Tríplice Aliança. Em 1919, o **Tratado de Versalhes** penalizou a Alemanha com perda de território, exército e instituiu uma obrigatoriedade de pagar uma grande indenização aos vencedores. O Império Austro-Húngaro foi dissolvido, assim como o Império Turco-Otomano. Além disso, a **Liga das Nações** foi criada para estreitar a diplomacia entre as nações europeias. Como a história comprovaria 20 anos depois, o Tratado de Versalhes e a Liga das Nações não só fracassaram em pôr fim às hostilidades, como deram força ao revanchismo e a continuidade da disputa imperialista.

O NAZIFASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O período entre guerras também foi marcado pela ascensão dos regimes fascistas. Em geral, eles prometiam um retorno a um passado idealizado e grandioso pelo qual seu povo tinha passado. Para isso, a sociedade deveria ser militarizada, o Estado comandado por um partido único, sem pluralidade política e ideológica, além do componente racista e preconceituoso, que servia de combustível ao sentimento da necessidade de se manter a “pureza da raça ariana”.

Os regimes que se destacam nesse sentido são:

Fascismo na Itália

Benito Mussolini era um antigo militante socialista que rompeu com a esquerda quando se opuseram à entrada de seu país na guerra. O revanchismo não foi um fator aproveitado como em outros países, já que a Itália foi uma das vitoriosas na guerra. Porém, a frustração em não receber compensações territoriais após a vitória e a grave crise econômica enfrentada pelo país, fizeram com que desempregados, estudantes, classe média, militares e proprietários de terra aderissem à ideologia fascista, que prometia o retorno ao suposto “passado glorioso italiano” a partir da obediência a Mussolini, combate aos adeptos da esquerda e controle do Estado sobre as relações de classe. Esse último ponto fez com que o fascismo ganhasse a simpatia da burguesia. Após a bem sucedida **Marcha sobre Roma** em 1922, o rei Vitor Emanuel III nomeou Mussolini primeiro-ministro. Aos poucos ele concentrou poderes ditatoriais, aboliu sindicatos e partidos políticos, pôs fim ao poder legislativo e submeteu o poder judiciário ao seu governo.

Nazismo na Alemanha

Os alemães foram tratados como os grandes culpados pela Primeira Grande Guerra, o que acarretou grandes perdas territoriais, militares, além dos custos das indenizações, que ficaram sob sua responsabilidade. Nesse contexto, surgiu o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que teve como importante porta-voz um cabo da Primeira Guerra chamado **Adolf Hitler**. Em 1923, no auge do colapso econômico alemão, Hitler tenta promover em Munique uma Marcha sobre Berlim. Preso e solto quase dois anos depois, tomou a liderança do partido e divulgou suas ideias por meio de sua obra **Mein Kampf (Minha Luta)**, em que defendia que o “passado glorioso alemão” foi perdido graças à conspiração judaica e marxista que dominava a República de Weimar (governo alemão). De eleição em eleição, o Partido Nazista foi ganhando cadeiras, na medida em que sua milícia, as SA, atuava perseguindo opositores políticos. Com a crise de 1929 e declínio da recuperação econômica alemã, o discurso extremista ganhou força, até que em janeiro de 1933 Hitler foi nomeado Chanceler. Por meio de sabotagens e perseguições, ele acumulou mais poderes, até que, com a morte do presidente Hindenburg, assume o comando absoluto do país, sendo chamado de *führer* (líder).

Importante!

O regime ditatorial Nazista promoveu a perseguição de judeus, ciganos, eslavos, homossexuais, testemunhas de Jeová e comunistas.

A Segunda Guerra Mundial teve entre suas causas a tensão entre os países imperialistas europeus, vitoriosos e derrotados, ao fim do primeiro conflito. O acordo de paz de Versalhes, mais do que estabelecer novas relações diplomáticas, procurou culpar a Alemanha pelo conflito. Isso fez com que persistisse o sentimento de revanchismo entre as nações, em especial, entre alemães e franceses. Nesse sentido, a Liga das Nações nasceu quase que fadada ao fracasso em garantir a paz. No Oriente, o Japão começou a guerra de colonização da China em 1931. Esse conflito acabou se somando à Segunda Guerra.

Outro importante fator é o impacto da Revolução Bolchevique de 1917. Com a vitória dos comunistas, o restante dos países europeus temeu que a revolução se espalhasse naquele contexto de crise. Para evitar que isso acontecesse, parte da burguesia europeia aderiu a movimentos radicalmente anticomunistas, como no caso da Alemanha e da Itália. Outras nações viam o nazifascismo como um “mal menor” diante da “ameaça comunista”, de modo que foram complacentes com o militarismo e o expansionismo dos países que formariam o Eixo.

A expansão territorial empenhada pela Alemanha fazia parte da formação daquilo que os nazistas chamavam de “**espaço vital**”, região que deveria abrigar os arianos. A prosperidade dos alemães seria garantida por meio da exploração dos povos vistos como “sub-humanos” e como “inferiores”, como os eslavos e os judeus.

Em 1938, os alemães anexam a Áustria em um evento conhecido como **Anschluss**.

Depois, os alemães se voltaram para dominar a Tchecoslováquia, dominando os sudetos e integrando a minoria alemã ao território do Reich. Durante a **Conferência de Munique**, ingleses e franceses cederam às pressões alemãs e permitiram que os alemães invadissem o território da Tchecoslováquia para evitar que uma guerra fosse iniciada. No entanto, houve a instauração de uma contrapartida: aquela seria a última ofensiva alemã. Essa estratégia adotada por ingleses e franceses era conhecida como **política de apaziguamento**.

Para ganhar tempo, Hitler conseguiu assinar o Pacto de Não Agressão com a União Soviética em agosto de 1939. Em setembro, a Polônia foi invadida. Inglaterra e França cumpriram a promessa de garantir a integridade da Polônia e declararam guerra à Alemanha. **Tinha início a Segunda Guerra Mundial.**



Chamberlain (Inglaterra), Daladier (França), Hitler (Alemanha) e Mussolini (Itália) na Conferência de Munique.

As fases da guerra podem ser divididas em três:

- **1939-1941:** avanço do Eixo (Alemanha-Itália-Japão), conquistando novos territórios. A Alemanha conquistou a França, a Bélgica, os Países Baixos, Luxemburgo a oeste e começou sua expansão a leste, que ganharia impulso com o início da “Operação Barbarossa” para invadir a União Soviética. O Japão conquistou áreas do sudoeste asiático e a Itália tomou áreas na África.
- **1942-1943:** equilíbrio entre as forças aliadas (URSS-Inglaterra-EUA) e as forças do Eixo. Os EUA entraram na guerra após o ataque japonês a *Pearl Harbor*. A URSS conseguiu reagir ao avanço alemão em seu território e passou a equilibrar o conflito, tendo como destaques a Batalha de Moscou e a Batalha de Stalingrado. A Alemanha toma territórios de antigos aliados seus para formar estados fantoches e garantir sua força.



Ataque japonês a Pearl Harbor.

- **1944-1945:** avanço e vitória dos aliados. Inglaterra e EUA invadiram a Normandia na França e reconquistaram o país. A URSS lançou a “Operação Bagration”, expulsou os alemães de seus territórios e partiu rumo a derrubada do Reich. Os EUA conseguem avançar sobre os domínios japoneses.

O fim da Segunda Guerra ocorreu primeiro na Europa. Mussolini foi morto em 28 de abril de 1945. Dois dias depois, Hitler se suicida em seu *bunker* na Chancelaria do Reich em Berlim, quando os soviéticos já tomavam a cidade. A rendição alemã ocorreu em 8 de maio do mesmo ano.

No Oriente, a guerra se arrastou até agosto. Os ataques com bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki junto à entrada da União Soviética na luta contra o Japão, fez com que o país declarasse o fim das hostilidades em 14 de agosto. A rendição oficial foi assinada em 2 de setembro de 1945.

A Segunda Guerra Mundial deixou cerca de 60 milhões de mortos, sendo o conflito mais letal em toda história. Os crimes contra a humanidade cometidos pelos nazistas nos campos de concentração foram julgados pelo Tribunal de Nuremberg em 1946, com alguns condenados à pena de morte, outros à prisão perpetua e também os que tiveram a pena com direito à liberdade depois de cumprida. Em 1948, foi criada a Organização das Nações Unidas para reformar a diplomacia mundial e manejar a paz mundial.

I A GUERRA FRIA

Quando os Estados Unidos lançaram as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, além de terem posto um fim à Segunda Guerra, mostraram o tamanho de sua força bélica, em especial, à União Soviética, a outra superpotência que emergia dos escombros do conflito.

Durante a **Conferência de Yalta** e a **Conferência de Potsdam**, em 1945, as duas começaram a desenharem seu campo de força em torno das negociações de paz. Como diria o primeiro-ministro inglês Winston Churchill, formara-se uma “cortina de ferro” sobre a Europa, que dividia o lado oriental comunista, do lado ocidental capitalista. Como também ficou claro com a divisão da Alemanha.

Empenhadas em manter as áreas de influência que haviam conquistado e em adquirir outras, as disputas entre as duas superpotências geraram blocos de cooperação econômica: o **Conselho de Assistência Mútua (COMECON)** foi fundado pelo governo soviético para ajudar os países de orientação comunista, enquanto os Estados Unidos operaram o **Plano Marshall**, com o objetivo de reconstruir os países do ocidente europeu e o Japão, destruídos pela guerra.

Também houve a fundação de dois blocos de cooperação militar: a **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)** que tinha como objetivo impedir a expansão do comunismo pela Europa, enquanto o **Pacto de Varsóvia** formou uma aliança militar entre os países alinhados à URSS.

Em alguns momentos, a Guerra Fria resultou em confrontos em regiões pretendidas pelas duas superpotências. Destacam-se a **Guerra da Coreia**, travada entre 1950 e 1953, quando a Coreia do Norte comunista tentou, sem sucesso, invadir e unificar a Coreia do Sul capitalista, e a **Guerra do Vietnã**, travada entre 1964 e 1974, quando os EUA intervieram para evitar que o Vietnã do Sul fosse integrado ao Vietnã do Norte, mas fracassou.

I GLOBALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Globalização é o nome que se dá à integração econômica, comercial, cultural, financeira e social entre países do mundo todo. Possui uma relação direta com o movimento de abertura de mercados para a concorrência feita por governos do mundo todo, prevalecendo o que chamamos de **neoliberalismo**. De modo geral, o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos e práticas que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. Define certa norma de vida dentro de um universo de competição generalizada, moldando o indivíduo, que é levado a se entender a se comportar como se fosse uma empresa e moldando as relações sociais, que funcionam segundo o modelo de mercado.

As crises do petróleo de 1973 e 1979 foram o ponto crucial de virada para o neoliberalismo. A nova política passou a combater duplamente a questão econômica (estagnação e inflação) e a questão social (o poder de pressão dos sindicatos). O neoliberalismo passou a ser adotado em diversos países, destacam-se: o Chile de Augusto Pinochet, a ascensão de Margaret Thatcher como primeira-ministra britânica em 1976 e Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos em 1980. O discurso era que as sociedades são taxadas

com muitos impostos, sofre com muita regulamentação e que são submetidas às pressões de sindicatos, corporações e funcionários públicos.

Esses governos passaram a questionar profundamente a regulação da economia, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estreitas, especialmente em matéria de direitos trabalhistas e representação dos assalariados. A política destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornou o problema prioritário.

Na concepção neoliberal, para os mercados funcionarem bem, era necessário reduzir os impostos, diminuir o gasto público, transferir as empresas públicas para o setor privado, restringir a proteção social, privilegiar “soluções individuais” diante dos riscos de controlar o crescimento da massa monetária para reduzir a inflação, possuir uma moeda forte e estável e desregular os mercados, principalmente o mercado de trabalho.

Em novembro de 1989, o chamado Consenso de Washington estabeleceu dez recomendações que todos os países que quisessem empréstimos e auxílios deveriam seguir, destacam-se: disciplina orçamentária e fiscal (respeito ao equilíbrio orçamentário e diminuição de descontos obrigatórios e taxas de impostos), liberalização comercial, com supressão das barreiras alfandegárias e fixação das taxas de câmbio competitivas, abertura à movimentação de capitais estrangeiros, privatização da economia, desregulamentação e criação de mercados concorrenciais e proteção aos direitos de propriedade, em particular à propriedade intelectual dos oligopólios internacionais. Essas medidas acabaram enquadrando a política econômica global ao neoliberalismo.

HISTÓRIA DO BRASIL

I A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS

A eleição de 1930 marca uma ruptura muito significativa em relação à “Política dos governadores”. Até àquele momento, a estabilidade da república havia se mantido pela dominância das elites regionais no Poder Executivo e pela submissão do Legislativo aos seus interesses. Quando os mineiros indicaram Washington Luís, em 1926, para substituir o turbulento governo de Artur Bernardes, esperavam retornar ao Catete em 1929 com o apoio dos paulistas. Não foi o que aconteceu. Washington Luís indicou outro paulista, Júlio Prestes. A chapa opositora, Aliança Liberal, foi formada pelos presidentes de duas províncias, sendo o gaúcho Getúlio Vargas candidato a presidente da república e o paraibano João Pessoa a vice-presidente.

Embora a campanha tenha sido cheia de novidades, com ampla participação popular, o pleito marcou as continuidades das fraudes, coerções e subornos, e o resultado foi a vitória de Júlio Prestes, com mais de um milhão de votos, ante os setecentos e pouco mil votos de Getúlio Vargas. Os tenentes não se contentaram com o resultado e estavam empolgados demais em relação ao projeto reformista, enquanto as muitas lideranças civis não se conformaram com o sistema. O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, embora tenha ocorrido em função de conflitos pessoais, foi explorado como um fato político.

A revolta civil-militar que findaria a Primeira República teve início em 3 de outubro de 1930, simultaneamente em Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e algumas horas depois na Paraíba, e foi coordenada por Pedro Aurélio de Góes Monteiro. A ideia era surpreender os militares fiéis ao governo federal em seus quartéis, aliciar os oficiais superiores que comandavam as tropas ou esperar pela adesão dos oficiais subalternos. E a tendência foi de adesão à Aliança Liberal. No dia 8 de outubro as forças legalistas se renderam em Minas Gerais, e em três semanas os rebeldes subjugarão a maioria dos estados do nordeste, com exceção da Bahia. Em uma semana Rio Grande do Sul havia sido dominado e Vargas tomou a dianteira civil na marcha para São Paulo.

A demora na reação de Washington Luís foi decisiva. Foi apenas no dia 10 de outubro que comunicou à população que seu governo estava em perigo, e as medidas foram desastrosas num cenário de crise econômica aguda, sofrendo ainda os impactos do *crash* de 1929: censura aos jornais, repressão aos boatos e decreto de estado de sítio. Os comandantes militares legalistas foram debandando aos poucos, amedrontados com a iminente derrota de suas tropas e por conta do alto número de desertores subalternos, prevendo uma quebra completa da hierarquia. Com o Palácio do Catete cercado e Washington Luís se recusando a renunciar, foi deposto em 24 de outubro e encaminhado para o Forte de Copacabana com destino ao exílio na Europa. Em 3 de novembro, Getúlio recebia provisoriamente o poder, dando início à “Era Vargas”.

I O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

Uma coligação entre oligarquias adversárias de São Paulo e frações do Exército ocupou o poder na queda da República Oligárquica. Todavia, a única coisa que unia todos esses setores era a oposição aos oligarcas do Partido Republicano Paulista (PRP): os tenentes defendiam um governo forte e centralizado que tutelasse a sociedade e intervisse na economia, as elites gaúchas positivistas eram inclinadas a um Estado centralizado e interventor, as elites mineiras liberais simpatizavam com o federalismo e com algumas reformas sociais. Em meio às tensões entre liberais e autoritários, estava Getúlio Vargas fazendo o papel de mediador de interesses em conflitos, dando equilíbrio entre os grupos em disputa e isolando seus opositores. Esse esquema ganhou o nome de “Estado de compromisso”, reunindo liberais da velha prática política, reformadores políticos e sociais, o empresário industrial ainda era dependente da ajuda do café, a classe operária organizada em torno de organizações sindicais e uma classe média que ocupava cargos de funcionários públicos e profissionais liberais.

Nesse período, destacam-se a fundação do Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação em 1931 e a vigência do novo Código Eleitoral (direito ao voto feminino e Justiça Eleitoral autônoma para monitorar resultados e coibir fraudes) em 1932.

Entre as tendências político-ideológicas nos anos 1930, destacam-se:

- **Positivismo corporativista:** Estado forte, burocratizado e interventor na economia, na educação e nas relações de trabalho;

- **Liberalismo:** livre-iniciativa na economia, direito inviolável de propriedade, liberdade individual, liberdade de expressão, federalismo, independência entre os Três Poderes, limitação na participação política popular e repressão contra movimentos de massa;
- **Esquerda (reformista e revolucionária):** para os comunistas, a saída para a crise capitalista era o fim da propriedade privada e a construção de uma sociedade igualitária, e ficavam entre a defesa da revolução radical e a construção de uma aliança entre setores democráticos e progressistas. Em 1934, socialistas, nacionalistas e comunistas acabaram convergindo na formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Suas principais bandeiras eram o antifascismo, a crítica aos latifundiários e a crítica ao capital financeiro e estrangeiro;
- **Fascismo:** organizados sob a Ação Integralista Brasileira (AIB), a ideologia integralista misturava nacionalismo, civismo, corporativismo, anticomunismo e antiliberalismo, que deveriam ser conduzidas por um Estado forte. Possuíam forte inspiração nos movimentos nazifascistas europeus.

Em 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista de 1932. A tensão teve início com a nomeação do coronel João Alberto (pernambucano, tenentista e de esquerda), causando a ira dos paulistas, organizados sob Frente Única Paulista (junção do PRP com o Partido Democrático). Com a pressão, Vargas acabou nomeando Pedro de Toledo (paulista e civil). A intenção de acalmar os ânimos foi por água abaixo com a depredação do Diário Carioca (crítico do Governo Provisório), o que levou ao acirramento dos ânimos entre liberais e tenentistas. A visita do ministro Osvaldo Aranha foi vista como uma provocação pelos liberais.

Dica

Em 23 de maio, a tentativa de tomar de assalto o Partido Popular Paulista (PPP) acabou com a morte de Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo, suas iniciais MMDC deram nome à sociedade secreta criada para derrubar Vargas.

A revolta explodiu em 9 de julho, durou quase 3 meses e terminou com a rendição de São Paulo em 3 de outubro.

Para a redação de uma nova Constituição, houve a formação de uma Assembleia Constituinte, que se reuniu entre 1933 e 1934. Mesmo aprovando o aumento dos poderes da União, sobretudo no campo da legislação econômica e social, frente aos estados, o princípio federalista foi mantido. O voto passaria a ser obrigatório e secreto, mas continuava proibido aos analfabetos.

Houve a criação da Justiça do Trabalho, do salário mínimo, jornada de oito horas diárias e férias anuais, que acabaram demorando em ser implementadas. O governo foi derrotado com a aprovação da pluralidade sindical. Vargas foi confirmado como presidente pelo voto indireto com mandato até 1938, quando deveriam ocorrer novas eleições.

No entanto, a Intentona Comunista iniciada em julho de 1935, acabou mudando os rumos. Prestes divulgou um manifesto pedindo a derrubada de Vargas e defendendo todo poder à Aliança Nacional

Libertadora. Getúlio respondeu suspendendo as atividades da ANL. No final de novembro de 1935, vários quartéis se rebelaram em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, mas acabaram derrotados. A repressão foi intensa com prisões, deportações, proibição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e declaração de “estado de guerra” pelo governo. Ainda em 1935, o governo instituiu o Tribunal de Segurança Nacional para realizar julgamentos rápidos, praticamente sem direito de defesa. Na prática, a Constituição de 1934 estava suspensa.

Em 1937, aproveitando-se do clima de agitação, o governo alegou ter descoberto um documento que provava um plano de tomada do poder pelos comunistas, denominado Plano Cohen. Essa falsificação serviu de pretexto para que Vargas fechasse o Congresso e suspendesse a constituição, dando início à ditadura, chamada de Estado Novo.

I ESTADO NOVO (1937-1945)

Embora Vargas agisse habilidosamente, com o intuito de aumentar o próprio poder, não foi somente sua atuação que gerou o Estado Novo. Pelo menos três elementos convergiam para sua criação:

- A defesa de um Estado forte por parte dos cafeicultores, que dependiam dele para manter os preços do café;
- Os industriais, que seguiam a mesma linha de defesa dos cafeicultores, já que o crescimento das indústrias dependia da proteção estatal;
- As oligarquias e classe média urbana, que se assustavam com a expansão da esquerda e julgavam que para “manter a ordem” era necessário um governo forte. Além disso, Vargas tinha também o apoio dos militares. Durante o período foram implacáveis o autoritarismo, a censura, a repressão policial e política e a perseguição daqueles que fossem considerados inimigos do Estado.

Em termos práticos, o governo do Estado Novo funcionou da seguinte maneira:

- O poder político se concentrava todo nas mãos do presidente da república;
- O Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais foram fechadas;
- Fechamento de todos os partidos políticos;
- O sistema judiciário ficou subordinado ao poder executivo;
- Os Estados eram governados por interventores nomeados por Vargas, os quais, por sua vez, nomeavam os prefeitos municipais;
- A Polícia Especial (PE) e as polícias estaduais adquiriram total liberdade de ação, prendendo, torturando e assassinando qualquer pessoa suspeita de se opor ao governo;
- A propaganda pela imprensa e pelo rádio foi largamente usada pelo governo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP era incansável tanto na censura quanto na propaganda, voltada para todos os setores da sociedade, como operários, estudantes, classe média, crianças

e militares. Procurava-se, assim, formar uma “ideologia estadonovista” que fosse aceita pelas diversas camadas sociais, grupos profissionais e intelectuais. Cabia também ao DIP o preparo das gigantescas manifestações operárias, particularmente no dia 1º de Maio, quando os trabalhadores, além de comemorarem o Dia do Trabalho, prestavam uma homenagem a Vargas, apelidado de “o pai dos pobres”.

Política econômica do Estado Novo

Com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), além de centralizar a reforma administrativa, o governo tinha poderes para elaborar o orçamento dos órgãos públicos e controlar a execução orçamentária deles. Com a criação do DASP e do Conselho Nacional de Economia, não só a atuação administrativa e econômica do governo passou a ser muito mais efetiva, como também aumentou consideravelmente o poder do Estado. A cafeicultura foi convenientemente defendida, a exportação agrícola foi diversificada, a dívida externa foi congelada, a indústria cresceu rapidamente, a mineração de ferro e carvão expandiram e a legislação trabalhista foi consolidada com a adoção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As principais empresas estatais criadas no período foram: CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) (1940); Companhia Vale do Rio Doce (1942); CNA (Companhia Nacional de Álcalis) (1943); FNM (Fábrica Nacional de Motores) (1943); CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) (1945).

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

No início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o governo de Vargas ensaiou uma neutralidade para negociar tanto com os Aliados quanto com o Eixo, conseguindo financiamento dos Estados Unidos para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda e trocas comerciais com a Alemanha. Apesar da neutralidade de Getúlio, que esperava o desenrolar do conflito para determinar apoio ao provável vencedor, em seu governo haviam grupos divididos e definidos sobre quem apoiar: Oswaldo Aranha, que era ministro das Relações Exteriores, era favorável aos Estados Unidos, enquanto os generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro eram favoráveis ao nazismo.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, e o torpedeamento de vários navios mercantes brasileiros, o país entra em guerra ao lado dos aliados em agosto de 1942. A saída de Lourival Fontes, Filinto Müller e Francisco Campos, defensores da aliança com os alemães, marcou a tomada de decisão.

Importante!

Em 1944 foram mandados 25.000 soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, marcando a participação do Brasil no conflito.

Fim do Estado Novo

O antigetulismo tentava criar a contradição entre um regime ditatorial que lutava por democracia ao lado dos aliados na Europa. A pressão política acabou

por levar o governo a aprovar o Ato Adicional nº 9 que previa realização de eleições e liberdade partidária. Entre abril e julho de 1945, o Partido Comunista Brasileiro voltou a funcionar, e foram fundados a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). O debate sobre a possibilidade de Vargas concorrer às eleições foi bastante tenso. Quando ele nomeou seu irmão Benjamin Vargas para a chefia da Polícia do Distrito Federal, a oposição e o Alto Comando do Exército não aceitaram. Todavia, sem maiores resistências, Getúlio aceitou a deposição em 29 de outubro de 1945. Na ausência de Congresso, José Linhares, presidente do STF, dirigiu o país até a posse do eleito Eurico Gaspar Dutra em 31 de janeiro de 1946. Vargas seguia, mesmo de sua fazenda em São Borja-RS, uma liderança importante. Não à toa, voltaria ao Palácio do Catete por meio do voto em 1951.

Dica

O trabalhismo se consolida a partir da criação do Partido Trabalhista Brasileiro, em 1945, mas sua orientação vinha sendo criada desde 1930. O projeto político trabalhista diagnosticava e visava a questão social como principal para sua ação, e a solução para esse problema estava na intervenção do Estado e nas reformas sociais que vinham sendo efetivadas desde a chegada de Vargas ao poder, trazendo a novidade da proteção legal ao trabalhador. Já o termo **populista** serve para designar a personalização desse projeto em torno da figura de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”, tido como um líder carismático e voluntarista. O conceito de populismo foi amplamente criticado por especialistas, posto que designa um conjunto muito amplo de experiências e em realidades diferentes.

AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

A primeira Constituição brasileira foi a de 1824, e para os padrões da época, foi considerada bastante “liberal”. A carta estabelecia que todos os homens acima de 25 anos, com renda mínima anual de 100 mil-réis, podiam votar, mas esse critério de renda não era grande barreira, pois a maioria dos trabalhadores ganhava mais que essa quantia. Analfabetos também possuíam direito a voto, e os libertos podiam votar nas eleições primárias. Essa constituição, que foi mantida até o final do Império, não mexeu na questão da escravidão nem na estrutura da terra, sendo alguns desses aspectos alterados em meados do século XIX, assim como foi imposto uma grande centralização dos poderes na mão do Imperador.

A Constituição republicana de 1891 definiu as bases do novo regime nos termos do presidencialismo, do federalismo e do sistema bicameral, Poder Legislativo exercido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Na questão do voto, foram mantidas as reformas restritivas implementadas no fim do Império, excluindo os analfabetos. Isso é um aspecto fundamental, pois a maioria esmagadora da população era analfabeta, portanto, deveria ficar fora das eleições. A constituição introduziu o registro civil de nascimentos, casamentos e morte, assim como separou o Estado da Igreja.

A Constituição seguinte foi promulgada em 1934. Nesse novo texto o Executivo deveria ser submetido à fiscalização pelo Legislativo, eliminava a maneira de governar baseada em decretos, garantia a independência do Tribunal de Contas, limitava o mandato presidencial em quatro anos e impedia a reeleição. A estrutura do Estado pouco alterou, mas houve a manutenção da estrutura da terra, a exclusão dos analfabetos do processo eleitoral, e o trabalhador rural não foi incorporado à agenda de proteção social. Essa Constituição durou apenas três anos, uma vez que o golpe de 1937 interrompeu completamente qualquer garantia constitucional, embora também possuísse seu próprio texto.

Findada a ditadura de Vargas, a carta de 1946 preservaria as conquistas sociais obtidas no período anterior e realocaria a democracia enquanto aspecto fundamental da vida pública. Estabelecia eleições diretas para o executivo e para o legislativo em todos os âmbitos da federação, a liberdade de imprensa e opinião, e incorporava os eleitores alfabetizados acima de 18 anos. O texto constitucional também regulou de modo a fortalecer os partidos políticos, assim como a independência dos sindicatos. Os limites, contudo, ficavam evidentes na restrição do direito de greve, na não incorporação dos trabalhadores rurais à legislação social, assim como não regulava a intromissão cada vez mais acentuada dos militares na vida pública. Essa Constituição vigorou por quase vinte anos, marcando um período de aumento significativo da participação política, sendo cessada com o golpe civil-militar de 1964 e formalmente substituída em 1967.

A Constituição da Ditadura Militar tinha o propósito de institucionalizar o novo regime, e seu texto basicamente era a reunião dos diversos Atos Institucionais estabelecidos até 1967. De modo geral, concedia amplos poderes às Forças Armadas e suspendia direitos políticos, cassava mandatos legislativos, interferia nos estados da federação, determinava eleições indiretas para governadores e prefeitos, assim como instituiu o bipartidarismo. Em outubro de 1969, estando o Congresso fechado desde a implementação do AI-5, a Junta Militar impôs uma emenda constitucional reformando o texto de 1967 e, dentre as alterações, constavam a implementação da pena de morte, o banimento, a ampliação do estado de sítio de 60 para 180 dias ou tempo indeterminado, assim como determinava novas limitações ao exercício dos direitos políticos, liberdade de cátedra e expressão artística.

A Constituição de 1988, que é a vigente em nossos dias, é conhecida como Constituição Cidadã. O texto restabeleceu eleições diretas para presidente e demais cargos executivos, reduziu o mandato para quatro anos, fortaleceu o Ministério Público, deu direito de voto aos analfabetos, assim como pessoas a partir dos 16 anos, diminuiu a jornada de trabalho para 44 horas semanais, criou o abono de férias e o seguro-desemprego, o décimo terceiro salário para aposentados, definiu como crimes inafiançáveis o racismo e a tortura, proibiu a censura e garantiu a liberdade de expressão, assim como aumentou significativamente os mecanismos de participação popular direta.

A ESTRUTURA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO MILITAR

Os primeiros quinze dias após o golpe foram utilizados para articular a base institucional do novo regime, visto que na percepção dos militares havia a necessidade de se legalizar o regime autoritário. Nesse